

NOVAS DESIGUALDADES, NOVOS DIREITOS E COSMOPOLITISMOS: PARA UMA POLÍTICA EDUCACIONAL E UMA ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO *COSMOPOLÍTICAS*

Carlos Vilar Estêvão¹

RESUMO

Tendo presente o contexto actual onde emergem novas desigualdades e novas injustiças pretende-se articular o processo de globalização com a construção do cosmopolitismo e da justiça social, distinguindo nesta discussão diversas modalidades de cosmopolitismo, nomeadamente a neoliberal e a democrática. Na linha desta última, o autor aprofunda a noção de cosmopoliticidade a partir dos contributos de Archibugi e de Freire para vincar não apenas a ideia de universalidade, mas também a de dialogicidade global e de politicidade. A partir deste enquadramento analítico, o autor desenvolve as implicações da cosmopoliticidade democrática na educação em geral e na gestão das organizações educativas em particular, no sentido de esta contribuir também para o reforço da justiça global e para o “cultivo da humanidade”.

Palavras-chave: cosmopolitismo; justiça; educação; desigualdades.

NOVAS DESIGUALDADES

Já há muito que o discurso da crise e do risco se instalou entre nós: com a crise do Estado fiscal e assistencial, assistimos à reformulação das condições do laço social e cívico, uma vez que as instituições de instauração do laço social e da solidariedade deixam de funcionar; com a crise económico-financeira, questionam-se as ortodoxias relativas ao funcionamento dos mercados; com a crise do trabalho, alteram-se as formas de relação entre economia

¹ Professor Catedrático do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, Braga, Portugal; endereço: cestevao@iep.uminho.pt

e sociedade; com a crise do sujeito, modificam-se os modos de constituição das identidades individuais e colectivas.

Mercê destas transformações, o tempo actual apresenta-se como um tempo de grande vulnerabilidade social, em que as noções como precariedade e desemprego, emprego temporário, diferenciação, debilidade do movimento social, individualização das relações sociais, desigualdades, insegurança, incerteza, (des)regulação, fragilidade dos laços comunitários, atomização social demarcam um campo semântico claro de inquietações profundas, apontando para múltiplas formas como muitos são atingidos por um trabalho de verdadeira decomposição, de des-socialização que os apouca e vulnerabiliza como seres humanos e os coloca à beira da exclusão e da inutilidade social.

As nossas sociedades desiguais, tremendamente injustas e excludentes não só não conseguiram cumprir uma das promessas da modernidade que apontava para a gestão controlada das desigualdades através de políticas redistributivas e de pleno emprego, como vêem agora despontar novos sistemas de desigualdades, seja no campo da educação, da economia, da cultura ou da política. Mais, as desigualdades em cada uma destas esferas estão a invadir outros campos sociais, contaminando-os com novas desigualdades e aumentando, conseqüentemente, a injustiça geral da sociedade, não obstante os progressos que se têm verificado. Acresce a tudo isto, o escândalo da pobreza que permanece profundamente enraizado nas nossas sociedades actuais e que afecta também a relação entre países (de alta e baixa produtividade, por exemplo) e o modo como se integram ou não na economia global, reforçando a convicção de que as desigualdades são também cada vez mais intersocietalmente globais.

Por outro lado, não deixa de ser verdade que hoje se raciocina não tanto em termos de igualdade, como em parâmetros de custo e eficácia, acolhendo-se pacificamente, por exemplo, a ideia de que é exigência de progresso a separação entre o económico e o social, devendo pugnar-se simultaneamente pela integração económica e pela desintegração social. Assim, o estabelecimento de solidariedades, seja entre os indivíduos, seja entre os grupos no conjunto social torna-se difícil, cabendo a cada um assumir a responsabilidade pelos encargos assistenciais e de realização pessoal e profissional, ou então delegar no Estado essa mesma responsabilidade, dentro do slogan "eficácia para as empresas e a

solidariedade para os Estados" (como diz Rosanvallon, 1999: 204). O mais grave, porém, é quando se verifica que mesmo este está mais preocupado com o financiamento do sistema financeiro do que com a previdência social (muitas vezes de uma forma cínica, em nome, por exemplo, da democratização do crédito).

A estes e outros desafios as diferentes globalizações tentam dar respostas, umas mais na lógica mercantil, outras na lógica mais democrática ou contra-hegemónica, ambas, no entanto, recorrendo a formas de cosmopolitismo que por vezes esquecem as suas maldades ou enobrecem exageradamente as suas virtudes ao modelar-se pelos efeitos transformadores e transgressivos da própria globalização ao serviço, não de novos impérios, mas de novos direitos, como os da solidariedade, e do combate à novas desigualdades sociais.

GLOBALIZAÇÃO E COSMOPOLITISMOS

A nossa época é caracterizada pelo processo de globalizações. Este, contudo, tem sido visto e analisado, do ponto de vista normativo, de muitos modos, uns mais complementares, outros mais contraditórios; uns acentuando a sua bondade, outros a sua malignidade essencial; uns apontando para o efeito do aumento das desigualdades, outros relevando precisamente os seus efeitos positivos em termos de justiça e de igualdade.

Isto significa que o debate sobre a globalização e a sua relação com a desigualdade e o bem-estar dos seres humanos não é simples, apesar das análises que o reduzem ao omitirem as diferentes concepções e modos discrepantes de medir a desigualdade; ao esquecerem que as possibilidades de melhoria do modo de vida dos cidadãos é muito desigual consoante os países; ao passarem ao lado das novas desigualdades interpaíses; ao silenciarem o peso diferenciado do global na explicação das decisões políticas nacionais, uma vez que os factores macroeconómicos, por exemplo, têm impactos diferenciados nos diversos países, dependendo os seus efeitos da posição global das economias de cada país e de cada região.

Ou seja, independentemente de qual o posicionamento de cada um sobre a metanarrativa da globalização, o discurso das novas desigualdades (mais ou menos subtis) eclodiu com estrondo na sociologia, recobrando as velhas desigualdades estruturais implicadas no próprio processo de produção capitalista, mas desocultando

também outras desigualdades resultantes da distribuição desigual de oportunidades de vida, de rendimentos e de riqueza, em função do sexo, da idade, do capital escolar, cultural ou simbólico, da origem étnica, da *expertise* electrónica, da localização geográfica, o que faz da desigualdade um problema tanto de distribuição de recursos económicos quanto de política e de cultura.

Para evitar a simplificação desta questão das desigualdades no mundo actual, há que atender igualmente ao peso diferenciado do global na explicação das decisões políticas nacionais, uma vez que a globalização condiciona as decisões sobre o bem-estar dos cidadãos dos diferentes países. Aliás, é cada vez mais consensual a ideia de que as desigualdades nacionais podem ser mais determinadas globalmente do que nacionalmente, devido às crises, movimentos de capitais, etc., o que torna difícil, desde logo, e no dizer de Beck (2006, p. 39), estabelecer fronteiras entre o nacional e o internacional no campo das desigualdades sociais.

No sentido de melhor esclarecer este ponto, vou partir de uma das concepções esultante da investigação deste tópico em ciências sociais que entende a globalização como interconexão ou interdependência mundial cada vez mais extensa, profunda, rápida e ampla em todos os aspectos da vida social contemporânea, com particular incidência ao nível do capital, bens, trabalho, serviços e ideias. Por outro lado, realçarei, como uma questão de facto, a globalização, ou melhor, a governamentalidade neoliberal, enquanto processo que se tem revelado profundamente parcial, no que concerne à justiça, favorecendo os mais favorecidos, num claro contraste com o “princípio da diferença” que Rawls (1993) apontava como caracterizando uma sociedade justa e bem ordenada.

Deixando de lado o pensamento liberal mais moderado que parece preocupar-se, apesar de tudo, com o combate às desigualdades de oportunidades embora não tanto com o combate às desigualdades de resultados, torna-se evidente que, na globalização neoliberalizada, parte dos benefícios dos sempre ganhadores se faz à custa das perdas dos eternos perdedores (KHOR, 2000). Isto significa, num plano mais amplo, que a globalização funciona como uma espécie de *apartheid* (na expressão deste autor) que propicia o neocolonialismo e enfraquece os estados mais fracos, pois ela tende a associar-se com padrões de estratificação global em que alguns Estados, regiões, sociedades e comunidades se apresentam

crescentemente mais integrados na nova ordem global enquanto outros, pelo contrário, tendem a ser centrifugados. E se a globalização funciona como *apartheid* não tem sentido defender então uma melhor partilha dos benefícios do *apartheid* ou do colonialismo, mas devemos antes combatê-lo na forma que tem hoje, nomeadamente no que concerne ao monopólio da riqueza e do poder.

Por outro lado, ainda, desde 1970 que alguns economistas têm exigido que a eficiência e a distribuição devem ser consideradas separadamente, interessando, por isso, propor medidas que aumentem a eficiência independentemente dos seus efeitos redistributivos, até porque os ganhadores deste jogo podem potencialmente vir a compensar os perdedores. E, além disso, uma maior desigualdade pode disponibilizar as condições para um crescimento mais rápido. Consequentemente, as políticas públicas devem preocupar-se apenas com os processos de mercado de modo a que estes funcionem correctamente e livremente, até porque os mercados em geral são bons para fornecerem oportunidades de riqueza e outros privilégios a todos, independentemente do país de nascimento, ou da classe, ou do género. Nesta linha, os ideólogos do globalismo, apresentados como cientistas desinteressados concluem que dos livres mercados e da mobilidade no trabalho, assim como do capital pode resultar um mundo mais equitativo, justo e cosmopolita, já não importando até a questão da cidadania uma vez que esta não é central à identidade individual por esta ser entendida como identidade em concorrência.

O que não deixa de ser relevante sublinhar é que o cosmopolitismo daqui resultante apresenta-se, de facto, com roupagens humanistas e socialmente preocupadas escondendo eventuais efeitos perniciosos decorrentes da sua idealização e do seu imperialismo.

Trata-se, enfim, de um cosmopolitismo mercantilizado, consumista, que afina pelo diapasão do próprio cosmopolitismo inerente à lógica de expansão do capital já denunciado por Marx e Stuart Mill. Efectivamente, o capital foi e é essencialmente cosmopolita, o que não invalida o facto de a actividade económica e financeira, desde a produção à investigação, à comercialização e ao consumo se produzir em espaços que são bem reais persistindo o seu carácter eminentemente nacional apesar das operações internacionais a que está sujeita.

Face a este cenário, podemos concluir que a visão cosmopolita mercantilizada é uma visão que apropria uma dimensão sedutora do

conceito de cosmopolitismo, embora omitindo, entre outras coisas, a fractura interna que secciona a cidadania, dando o estatuto de cidadãos cosmopolitas sobretudo àqueles que são vencedores nas condições do actual mercado e arredando os outros como "incompetentes" ou "irrelevantes". Simultaneamente, vende-nos, através dos seus meios poderosos, não apenas os seus produtos, mas também a "ordem existente" como inevitável.

Em oposição a esta forma de globalização e do cosmopolitismo hegemónico que induz, herdeiro do discurso centrado frequentemente na visão ocidental e elitista do mundo e avesso por vezes à afirmação da realidade do social, os cientistas sociais vêm propondo uma outra globalização, a globalização democrática, e uma outra forma de cosmopolitismo, o cosmopolitismo *bottom-up* ou, como prefiro dizer, a cosmopoliticidade democrática, construída a partir de baixo (por consensos sobrepostos), que tem a vantagem, tal como eu a entendo, de valorizar múltiplas cidadanias e de desocultar a fragilidade do ser humano, com ênfase particular não apenas na crueldade humana, mas também na solidariedade com os outros e na oposição activa a todas as formas de injustiça (LU, 2000, p. 244-67).

Este tipo de cosmopolitismo, reconhecendo embora que a cidadanização e a democratização também passam pelo Estado, tendo presente o seu papel na extensão quantitativa da democracia, na concretização da própria democracia entre Estados e nas questões globais com que o mundo se confronta, entronca claramente numa concepção de democracia cosmopolita que aponta para uma desnacionalização da democracia e da cidadania, no sentido de as tornar mais abertas aos desafios da globalização, refundando-as num conjunto de valores supra-nacionais (como, por exemplo, nos direitos humanos, como é o caso de Habermas, 2000).

Do lado da sociedade, esta forma de cosmopolitismo assume a possibilidade de se construir uma sociedade civil global, coerente com a ideia de que a consciência global se expande, como é visível, por exemplo: na criação de um novo sentido de pertença e sensibilidade cuja expressão são os movimentos sociais transnacionais e que ultrapassam as lealdades ao Estado-nação; na protecção dos recursos naturais e do meio ambiente; na crescente institucionalização de organizações políticas regionais e mundiais (como a ONU); no compromisso com os direitos humanos. Estes movimentos reafirmam

de algum modo a caminhada para o que Archibugi (2008) apelidou de uma "commonwealth global de cidadãos".

Este cosmopolitismo democrático tem por detrás a ideia de que a pertença a um Estado ou comunidade não condiciona o compromisso com outras associações e outras lealdades a outros ideais que ultrapassam o Estado-nação. Como afirmam Held & McGrew:

a globalização dos processos culturais e das comunicações podem estimular novas imagens de comunidade, novas avenidas de participação política e novos discursos de identidade. A globalização está contribuindo para criar novos padrões de comunicação e de informação e uma densa rede de relações que vinculam os grupos e as culturas políticas entre si, transformando a dinâmica das relações políticas por cima, por baixo e ao lado do Estado (2003, p. 109).

De certo modo, os processos económicos, mas também políticos, culturais assim como os relativos aos direitos humanos e à justiça, decididos no âmbito nacional, são eles próprios condicionados e circunscritos por processos mais amplos, de cariz regional e global. E, portanto, o estatuto político da cidadania mundial pode ser independente da mediação dos Estados.

Então o cosmopolitismo democrático capta uma outra realidade que o cosmopolitismo neoliberalizado não visibilizava na sua imperialidade. Ele dá conta do facto de os indivíduos terem cada vez mais "lealdades complexas e identidades de múltiplos níveis"; dá conta dos movimentos de bens culturais através das fronteiras, da hibridação e da mistura de culturas que criam a base da sociedade transnacional com "identidades entrecruzadas" (Held & McGrew, 2003 p. 112), com expressão a vários níveis e organizações; dá conta, enfim, de a própria comunidade política, pelo caudal de fluxos regionais, internacionais e globais de recursos e de redes de interacção, estar a ser repensada e reprogramada em termos quer regionais quer globais, caminhando para uma espécie de comunidade sem fronteiras; dá conta, finalmente, do facto de os direitos, os deveres e o bem-estar dos indivíduos já não dependerem só da sua inscrição nas constituições nacionais:

“As suas condições de possibilidade estão inextrincavelmente ligadas ao estabelecimento e desenvolvimento de robustas organizações e instituições transnacionais de governo regional e supraestatal. Numa era global, estas últimas constituem a base necessária das relações cooperativas e da conduta justa” (Held & McGrew, 2003, p. 113).

Para terminar este ponto, o cosmopolitismo democrático tem por detrás determinados objectivos como o controlo do uso da força, a tolerância, o respeito pelos direitos humanos e o desenvolvimento da democracia. Mas ele não descarta a obrigação de a protecção dos direitos desenvolver-se, sobretudo, recorrendo, em Estados democráticos, aos procedimentos constitucionais, às suas garantias constitucionais, às reformas constitucionais, tendo presentes as suas especificidades de política cultural e social, por exemplo, no fornecimento dos bens sociais (que dizem respeito à distribuição de bens, serviços e de oportunidades que devem ser garantidas a todas as pessoas). Ou seja, e como diz Miller (2000, p. 95), as possibilidades de uma cidadania cosmopolita existir dependem da força da cidadania e da inculcação da virtude cívica nas fronteiras nacionais, que devem, depois, atravessar essas mesmas fronteiras e abarcar cada vez mais nações. Contudo, também não deixa de ser verdade que o facto de estarmos perante um conjunto de Estados democráticos não gera imediatamente um globo democrático, diz-nos Archibugi (2004, p. 263), pelo que a relevância do Estado pode ser menor do que a tradicionalmente enfatizada por alguns teóricos que defendem também a ideia de democracia cosmopolita.

COSMOPOLITICIDADE DEMOCRÁTICA

Apesar da riqueza da focalização do cosmopolitismo democrático e da ênfase posta no estatuto igual de cada pessoa, na igual atenção e respeito moral que todos os seres humanos merecem, na visão de que o bem estar humano não pode ser definido por localizações culturais e geográficas nem as fronteiras nacionais ou étnicas ou de género podem determinar os limites dos direitos e das responsabilidades (HELD, 2003, p. 200), penso que é possível2

avançar um pouco mais em termos de radicalidade, partindo dos trabalhos de Archibugi e de Freire.

O primeiro, numa versão político-institucional, a propósito da concepção de “democracia cosmopolítica” (ARCHIBUGI, 2000), defende que esta não pode levar à importação do modelo democrático desenvolvido ao nível do Estado para uma dimensão meta-estatal, nem implica que os Estados actuais devam ser dissolvidos para criar um Estado mundial. A ampliação global da democracia exige

“quer uma nova forma de organização que não procure apenas reproduzir o modelo estatal a uma escala mundial, quer uma revisão dos poderes e das funções dos estados a um nível internacional, que lhes retirará o poder oligárquico de que eles gozam actualmente” (ARCHIBUGI, 2003, p. 8).

De uma forma ainda mais esclarecedora, prossegue o autor, o que distingue verdadeiramente a “democracia cosmopolítica” de outros projectos é

“a tentativa de criar instituições que levem a que a voz dos indivíduos seja ouvida nos assuntos globais, independentemente da sua ressonância no seu próprio país. A democracia como uma forma de governança global tem, então, necessidade de ser realizada em três níveis interconectados diferentes: nos estados, entre os estados e a um nível mundial” (ARCHIBUGI, 2003, p. 8).

Então, o termo “cosmopolítico” é explicitamente mobilizado pelo autor em vez de “cosmopolita” (utilizado numa primeira fase do seu pensamento), porque não apenas apela à responsabilidade global, como o cosmopolitismo tradicional, mas porque os princípios da democracia têm de ser aplicados internacionalmente, tendo presente os objectivos de controlo da força, o respeito pelos direitos humanos e a autodeterminação. Deste modo, o termo agora mobilizado evita o tom demasiadamente coloquial e vagamente humanista do primeiro, jogando as instituições cosmopolíticas (compostas, entre outras, pelas ONGs) um papel importante para democratizar a comunidade internacional (ARCHIBUGI, 2004). Concluindo este

aspecto, a democracia cosmopolítica tem a ver com um modelo de organização política, em que os cidadãos situados no mundo, têm voz e representação política nos assuntos internacionais. Ela visa o desenvolvimento da democracia nos Estados e entre os Estados e defende a limitação da soberania nacional pela intervenção directa do público democrático ou da sociedade civil global, regendo não pela "razão das armas" mas antes pelas "armas da razão" (ARCHIBUGI & HELD, 1995, p. 25).

Por sua vez, Freire propõe-nos um outro conceito, o de politicidade, reportado à natureza eminentemente política da vida cultural, social e pedagógica. Para Freire, a politicidade é uma dimensão essencial do seu pensamento libertador, da sua proposta educativa, do posicionamento indignado diante das injustiças e a malvadez da pobreza. Veja-se, por exemplo, que desde a *Pedagogia do Oprimido* e a propósito da alfabetização ele já referia que esta não era um mero jogo de palavras, mas "a ciência crítica da cultura, a reconstrução crítica do mundo humano, a abertura de novos caminhos, o projecto histórico de um mundo comum, a coragem de dizer a palavra" (FREIRE, 1970, p. 19).

No mesmo livro, afirma que a educação é uma forma de intervenção no mundo, intervenção que implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante como o seu desmascaramento. Elucidativo deste ponto é, ainda, a *Educação como Prática de Liberdade* (s/d) em que a alfabetização aparece ligada à democratização da cultura e em que se torna visível o acento na educação ao serviço da criação de disposições democráticas tendo em vista a criação de hábitos de verdadeira participação e ingerência. Ainda no livro *Importância de Ler e o Processo de Libertação* diz que a educação crítica, pela desmitologização da realidade, ajuda educadores e educandos a superar o analfabetismo político (FREIRE, 1997, p. 76). Finalmente, e de uma forma mais directa, em *A Educação na Cidade* refere que a "politicidade da educação faz parte da natureza mesma do ser da educação. [...] A educação tem sido sempre um quefazer político" (FREIRE, 1991, p. 129).

Tendo presentes estes dois contributos, eu proporia a expressão de *cosmopoliticidade democrática* como a mais adaptável a captar os desafios da globalização, por várias razões. A primeira tem a ver com a marcação de um sentido mais amplo e radical de democracia pós-nacional, intimamente articulada com a associação dos povos do

mundo, com menos relevo aos Estados que, em época de globalização económica, tendem a reduzir o seu potencial a favor de políticas democráticas mais amplas. Depois, a ideia de construção de uma cosmopoliticidade democrática encerra uma visão dinâmica da própria identidade cultural e política das comunidades políticas, reconhecendo que ela se constrói de uma forma *disputada*, não sendo pacífica, por isso, a aceitação da ideia de um *ethos* comunitário consensualista ou que a identidade nacional ou comunitária se impõe a todos como prioritária. A terceira razão prende-se com a cosmopoliticidade se articular intimamente com a conversação, com a negociação, com a coprodução de significados, enfim, com a dialogicidade entre as gentes. A quarta razão parte da ideia de que a expressão escolhida torna mais visível a dimensão política dos processos de decisão e do seu controlo, a relação entre poder e conhecimento, assim como o compromisso de se desenvolverem formas de vida comunitária que assumam a seriedade da luta pela democracia e pela justiça social. Finalmente, a opção pela cosmopoliticidade democrática recoloca o Estado num plano mais secundário face ao seu poder imperial tradicional, lidando melhor com "uma nova concepção da actividade política legítima" (HELD & MCGREW, 2003, p. 125) que não se detém na instância estatal e com a ampliação da democracia, dos direitos e da justiça social.

Neste sentido, a cosmopoliticidade exige da sociedade uma nova sensibilidade crítica, geopolítica e geo-social, construindo valores a partir de "uma conversa da humanidade" (SANTOS, 2004, p. 40), que coloca em primeiro lugar os direitos humanos, desde logo dos oprimidos, lutando contra as desigualdades entre (e no interior dos) Estados, contra os padrões de exclusão e de vulnerabilidade globais, contra a intensificação da polarização económica, contra a erosão da solidariedade social e a divisão da força de trabalho global entre perdedores e ganhadores da integração produtiva e financeira, contra as elites hegemónicas transnacionais e desterritorializadas. Aqui a sociedade instituir-se-ia como uma instância privilegiada na sua relação com a esfera política, reconhecendo simultaneamente que determinados actores podem apresentar-se como componentes essenciais da democracia global, mas que podem, também, tornar-se eles próprios exclusivistas e hierárquicos (URBINATI, 2003, p. 69).

Considero esta proposta deveras aliciente, uma vez que aponta para uma perspectiva mais radical de conceber a democracia e as

pertencças dos cidadãos, colocando-os agora como pertencendo simultaneamente a comunidades entrecruzadas, comprometidos com a igualização social e económica, com a responsabilidade de resistir e de politizar a vida social, de contribuir para o desenvolvimento de estruturas políticas mais participativas e solidárias ainda que, frequentemente, ao lado, ou apesar, das estruturas oficiais institucionalizadas dos Estados. Neste sentido, a concepção de democracia mais congruente com esta visão será a da democracia deliberativo-comunicativa (na linha de YOUNG, 1997; ver ESTÊVÃO, 2006) que reconhece as diferenças, que reconhece e justifica o papel do criticismo e da acção públicos em todas as decisões globais e locais, em nome fundamentalmente dos direitos humanos.

Concluindo, a virtude cosmopolítica vai mais além da virtude cosmopolita, uma vez que implica novas formas de actuar (mais participadas) por vias de solidariedades transnacionais de oposição (tal como as entende Jameson, 2000), novas formas de pensar, de conhecer e de ser, de valorar e de relacionar-se no mundo. Isto significa, então, que na valoração do nosso mundo não basta a valoração das regras básicas da própria sociedade; exige também a consideração da avaliação moral da nossa ordem global (POGGE, 2005), para que ela contribua para a consecução de uma ordem global mais democrática e para o reforço da ideia de que cada ser humano goza do estatuto global de ser "uma unidade básica de preocupação moral" (POGGE, 2005, p. 216).

EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

A noção de globalização tem sido usada para comparar e analisar políticas educativas (BALL, 1998), com ênfase particular nas questões do poder, do conhecimento, na tecnologia, no princípio da igualdade de oportunidades, nas políticas da diferença no interior da educação, entre outros temas.

Por outro lado, a globalização tem vindo a impor um novo mandato aos diferentes países no sentido de, em nome das vantagens competitivas que podem alcançar, terem de redefinir os seus sistemas de ensino e de formação nacionais em termos de qualidade, avaliada segundo padrões internacionais.

Isto exige que os sistemas educacionais se rendam à cultura da performatividade sistémica, através da imposição de indicadores

de desempenho como os novos mecanismos de ligação entre o centro que produz a política e as periferias que a põem em prática. Ou seja, enquanto os sistemas educativos eram tradicionalmente locais protegidos por discursos de bem comum, de serviço público; agora interessa é posicionar a educação como um dos sectores de serviço cruciais para a economia, tal como Tony Blair, referindo-se à aprendizagem, reconheceu nos finais da última década: "a educação é a melhor política económica que nós temos, em 1998".

Claro que não estamos perante uma educação qualquer. Integrada nesse imaginário económico de que estamos vivendo numa economia baseada no conhecimento, a educação é sobretudo conhecimento *bytificado* (ou transformado num sistema automático baseado na pronta disponibilização de informação e *skills*), que deve ser retrabalhado como uma mercadoria e contribuir para reforçar os quatro pilares de uma economia sã e competitiva: o da inovação, o das novas tecnologias, o do capital humano e a dinâmica empresarial. O resto, tal como a política, deve ser remetida para o sótão das quinquilharias.

Consequentemente, a educação, embalada no discurso da aprendizagem *online*, já não deve ser sensível às origens sociais, políticas e culturais de um país; o que importa são os valores que se encaixem na ética da análise custo-benefício. Na nova retórica política global, onde predomina o mais globalizado e engenhoso dos discursos, que é o discurso da aprendizagem ao longo da vida (e que é, segundo Olssen (2004), um instrumento da governamentalidade flexível) parece que os sistemas educativos estão a perder a sua função durkheimiana original de transmitir culturas nacionais e promoção da coesão social, uma vez que se verifica no ensino uma oportunidade comercial que beneficiará claramente com a internacionalização, com a mercantilização do sector escolar e com o reconhecimento global.

Estes processos passam pela criação de escolas de iniciativa empresarial, desburocratizadas, descentralizadas e mais autónomas, escolas internacionais, patrocínios privados, novas parcerias público-privadas, penetração curricular por tendências globais e produção de materiais educativos, com o desenvolvimento de uma pedagogia tecnologicamente mediada, com a reorganização da educação básica e secundária e formação de professores (que corresponde às capacidades e competências requeridas pelos

trabalhadores num mundo globalizado), com a mercantilização da educação superior.

No caso específico da aprendizagem, um outro conjunto de estratégias visa reforçar precisamente a sua centralidade tornando-a mais personalizada, fluida e flexível, para produzir, já não tanto cidadãos consumidores, mas cidadãos activos. Ou seja, esta personalização, adequada à actual narrativa mestra da economia do conhecimento teria as mesmas intenções mercantis mas agora pelo apelo a maior participação. Esta personalização como pedagogia para a economia baseada no conhecimento faria avançar, segundo Hartley (2007), a mercantilização da educação colocando-a no coração do processo pedagógico, ao mesmo tempo que reintroduziria os mecanismos de consumismo na educação: o indivíduo é produtor-consumidor, que constrói a sociedade.

Concluindo este ponto, a educação sofre os impactos directamente da globalização, mas também indirectamente através de violação dos direitos das crianças, da dívida pública, das crises financeiras, como a actual. Será, então, que mesmo assim poderemos continuar a afirmar que aos processos de globalização apenas mudaram a posição relativa dos fenómenos educativos sem alterar a sua substância? Ou que estados relativamente marginais e frágeis no contexto da globalização devem omitir que a educação é simultaneamente causa e efeito, problema e uma possível solução para a fragilidade em causa?

Um outro ponto que merece reflexão prende-se com a questão da educação e da justiça. Ora, independentemente do modo como pensamos a globalização, é um facto que esta está mudando o modo como argumentamos acerca da justiça (FRASER, 2007, p. 252). Isto significa que a justiça como redistribuição e como reconhecimento cultural, já não é mais confinável ao espaço nacional e aos seus beneficiários (os cidadãos nacionais) e, neste sentido, uma visão mais global, mais cosmopolita da justiça emerge com mais intensidade e mais justa, devendo incorporar uma outra dimensão, a dimensão política da representação, isto é, a justiça como paridade de participação que exige o estabelecimento de regras de decisão para dirimir conflitos quer nas dimensões económicas quer culturais, dando voz às minorias, sejam elas povos, minorias ou mulheres... Estamos, então, num noutro paradigma: a nova teoria da justiça social deve tornar-se uma teoria da "justiça democrática pós-westfaliana".

Este novo paradigma da justiça impõe à educação novas exigências, designadamente em termos de aprofundamento das suas raízes democráticas e participativas, que de modo algum podem restringir-se ao campo das territorialidades soberanas actuais. Por outro lado, este modo de conceber a justiça reforça também a cosmopoliticidade que a educação deverá ter sempre presente. Voltarei a este ponto a seguir.

PARA UMA EDUCAÇÃO E GESTÃO EDUCACIONAL COSMOPOLÍTICAS

Face à descrição anterior sobre o globalismo e o seu cosmopolitismo, reforçados com a emergência de um estado pós-social minimalista a tornar-se cada vez mais pós-democrático, em que novas desigualdades assomem perante um claro declínio da esfera pública e em que muitas sociedades estão a tornar-se um "paraíso dividido", com uns a procurarem as máximas vantagens das oportunidades oferecidas pelo mercado e outros cada vez mais periféricos, interessa-me analisar como a educação e a sua gestão podem ser resgatadas à luz da cosmopoliticidade democrática de que falei anteriormente.

Em primeiro lugar, considero que uma das intencionalidades da cosmopoliticidade democrática no campo da educação vai no sentido de reteorizar as relações entre escola pública e democracia, revendo, desde logo, a concepção de democracia no mundo global (REID, 2005). A criação de uma democracia moral cosmopolítica (que aponta para a possibilidade de cada cidadão poder gozar de cidadanias múltiplas, tendo em conta os contextos que os afectam) deverá assim ser reforçada, obrigando as escolas a que:

- (i) ofereçam um curriculum que desenvolva um número de capacidades acordadas publicamente (onde se incluem a compreensão cosmopolita profunda);
- (ii) nas pedagogias, estruturas e processos da escola reflectam e dêem expressão a princípios democráticos;
- (iii) operem em modos que valorizem a diversidade através da construção da comunidade;
- (iv) nenhum estudante seja excluído da participação na vida da escola por razões de diferença;
- (v) a gestão seja enformada por princípios de democraticidade e participação.

Novas desigualdades, novos direitos... - *Carlos Vilar Estêvão*

Do mesmo modo, a aprendizagem deve também, neste contexto, ser encarada como um processo de compromisso com o "outro", com a razão e os direitos humanos numa distribuição igual das oportunidades e perspectivas de vida (Olssen, 2004: 26-27). Com efeito, e reportando-se à aprendizagem, este autor acrescenta que ela é um compromisso político e social numa comunidade global, constituindo assim "uma forma de participação política" e democrática, que deve atender:

- I - à igualdade, pois o desenvolvimento de qualquer concepção de justiça democrática incluindo um conceito de aprendizagem, deve incluir a distribuição de recursos e oportunidades de vida;
- II - ao papel do Estado, garantindo o acesso à educação e conhecimento assim como informação e capacidades, como um direito fundamental;
- III - ao desenvolvimento da sociedade civil, aqui entendida como o sector autónomo do Estado e da economia, reconhecendo-lhe o direito ao diálogo, mas também à contestação, ao desafio ou à oposição;
- IV - ao papel da educação, como crucial para a aprendizagem para a democracia.

Então, a proposta mais congruente para compreender a escola dentro desta contextualização teórica é concebê-la como organização democrática, produtora de normas democráticas e como uma arena política onde se pratica a democracia deliberativa/comunicativa, aberta à contestação, ao debate, mas tendo sempre presente, como finalidade da educação, o "ensinar a condição humana", questionando os modelos políticos, económicos e sociais de acordo com a justiça que promovem; denunciando as perversões e injustiças geradas pelos modelos de produção capitalista hegemónicos; desocultando os processos de legitimação das opções culturais dominantes; expondo os tipos dominantes de relação entre poder e conhecimento; alertando para a invasão da racionalidade científica da vida quotidiana e das instituições escolares (TORRES, 2008).

Por outro lado, a escola, o seu projecto político-pedagógico e a sua gestão devem posicionar-se de modo a potenciar novos direitos, como o da solidariedade (que deve atravessar divisões e hierarquias de linguagem, etnicidade, religião e nacionalidade

ou cidadania), contrariando o movimento da educação focada no self mais individualizado, ou da educação baseada na criação do “cosmopolita estratégico”, do cidadão como jogador económico globalmente orientado, investindo antes na promoção do self cosmopolita (MITCHELL, 2003) participativo, integrando as redes de solidariedades locais e transnacionais de cooperação, mas também de oposição, nunca obscurecendo a importância das relações sociais e da cultura.

Dentro do mesmo esforço, a educação e a prática de gestão das escolas assim como o projecto político-pedagógico devem reforçar a identidade cultural, abrindo-se esta para a análise das reconfigurações de tempo e espaço, para a criação de novas espacialidades e mobilidades, para a consideração de novas racionalidades, desde logo, a racionalidade cosmopolita que é, segundo Santos (2002), aquela que aumenta e densifica as possibilidades da Humanidade encontrar respostas concretas e adequadas para os seus problemas, partindo da ideia, implícita no conceito de “hermenêutica diatópica”, de que todas as culturas são incompletas e que podem, por isso, ser enriquecidas pelo diálogo e pelo confronto com outras culturas.

É esta racionalidade a que prefiro chamar de cosmopolítica que, no meu entender, contribuirá para reconfigurar a noção de público como uma “forma de solidariedade social” (CALHOUN, 2003) ao mesmo tempo em que aumentará a abrangência e a inclusividade da esfera pública, fertilizada pelos valores da democracia cosmopolítica.

Estamos, conseqüentemente, num outro registo que coloca a educação e sua gestão numa nova ordem emancipatória, sintonizando-as com novas exigências em termos de justiça, que considera que os afectados por uma dada estrutura ou instituição social têm o direito moral de serem tratados como sujeitos de justiça. E estes afectados não são apenas os situados na territorialidade estatal; ela é pós-westfaliana e dialógica a todos os níveis (incluindo, obviamente, os afectados além das fronteiras nacionais), pensada para uma nova ordem mundial mais democrática e mais democraticamente controlada. O que vale a pena fazer, então, é investir na justiça social encarada na sua tridimensionalidade, isto é: (i) como justiça redistributiva que implica o combate à exploração, à marginalização

económica, à privação de um nível de vida material adequado; (ii) como justiça cultural, para combater a dominação cultural, o não reconhecimento (por práticas interpretativas, comunicativas e representacionais autoritárias que nos invisibilizam) e o desrespeito; (iii) como justiça enquanto paridade de participação num mundo cada vez mais global.

A educação cosmopolítica e a sua gestão devem, por conseguinte, apoiar a construção do acordo cada vez mais amplo e entrecruzado entre distintos lugares, pela conversação (APPIAH, 2004 e SANTOS, 2004), criando-se uma universalidade ética que “vem de baixo”, cordial, sensível às necessidades das vítimas dos projectos totalizadores, contribuindo, deste modo, para a transnacionalização e uma maior abrangência e inclusividade da esfera pública. Para tal, elas devem mobilizar dois processos claramente relacionados com a não dominação (OLSEN, 2004; OLSEN, *et al.*, 2004): a deliberação (que implica obter uma decisão que represente um balanço justo entre diferentes pontos de vista) e a contestação, como central à deliberação e à liberdade e que substitui a arbitrariedade na tomada de decisão.

As consequências desta contextualização para a gestão da educação são claras: esta terá de se afastar dos seus modelos preferidos ligados ao modelo positivista da ciência e ao seu funcionamento como tecnologia de controlo, e articular-se com outros valores que, por sua vez, devem atender às questões da formação social ou da justiça social mais ampla. Só deste modo poderemos falar de uma educação digna desse nome, que é aquela que contribui para que cada um encontre os meios para se libertar.

CONCLUSÃO

A complexidade da globalização e dos seus impactos exige uma nova cartografia geopolítica que trace os fluxos de efeitos globais e os padrões de imitação, diferença, dominação e subordinação na política e na prática da educação.

Por outro lado, a globalização não tem superado as desigualdades nem as contradições, antes as tem recriado e desenvolvido a outros níveis, com novos ingredientes, com novas linguagens e, face à crise actual, com novas e condoidas profissões de fé de talibás e curandeiros liberais nas virtudes divinas do mercado.

Mas será que, perante este cenário, o mundo está precisado deste ímpeto de transcendência que o cosmopolitismo nos traz, que assume que as lealdades primeiras devem ser direccionadas para o conjunto da humanidade "porque as diferenças entre quem está dentro e quem está fora são moralmente irrelevantes"? (LINKLATER, 1999, p. 56) Não estará o mundo actual farto de filosofia política com tendências e ambições universalizantes como é o cosmopolitismo, o qual também tem as suas misérias e decepções, a coberto do humanitarismo, da segurança, da salvação dos mercados, da securitização do desenvolvimento imposta aos mais países mais pobres?

Todavia, e como penso que ficou claro ao longo deste trabalho, o cosmopolitismo no pensamento social e político não é necessariamente um agente de imperialismo cultural ou de outras forças malignas, como nos diz Parker (2003, p. 172). Como cosmopolitismo democrático, ele liga-se a formas de contra-globalização, de justiça cognitiva, de combate a rituais de exclusão, de desigualdade e de monopolização de oportunidades, de solidariedades sociais, ainda que desarticule ou afrouxe a sua vinculação aos conceitos de soberania, de nacionalidade partilhada e de territorialidade. O importante da agenda cosmopolítica, insisto, é sua centração na defesa dos direitos dos outros, vivam onde eles viverem, contribuindo para reformar o princípio da subjectividade ocidental e praticar diferentes formas de solidariedade.

Há, então, que procurar uma cidadania pós-westfaliana. O desafio aqui é fazer de modo a criar formas de cidadania que institucionalizem avanços na universalidade e diversidade, desarticulando-se da soberania, da nacionalidade partilhada e da territorialidade. Os estados não são os únicos agentes morais nas relações internacionais e, portanto, a cidadania cosmopolita adquire o seu sentido praxeológico mais profundo quando é olhado como guia para os princípios morais.

Perante isto, onde situar as funções da educação, considerando que o próprio cidadão crítico actual é um actor algo paradoxal, pois é solidário, mas pouco participativo; crente na justiça equitativa, mas há muito tempo que renunciou à política como meio para transformar o mundo?

A minha proposta foi, no plano da educação e da sua gestão, investir numa outra justiça educacional, a cosmopolítica, que se

constitua como alternativa para a construção de uma nova ordem mundial. Não se trata de conceber o *Outro* à nossa imagem e semelhança ou de propor, através do cosmopolitismo, a universalização de direitos e deveres tendo por base a generalização do *Outro*, isto é, a consideração de que o *outro* possui as mesmas características que o *eu*, a mesma racionalidade, os mesmos desejos e as mesmas necessidades. Antes, com o cosmopoliticidade pretende-se enfatizar a universalidade concreta, valorizar a diversidade cultural, reconciliar as diferenças. Trata-se, enfim, de um universalismo dialógico, de confluência, que tem como objectivo a construção de uma comunidade de comunidades, ou, noutros termos que já transcrevemos, de uma "commonwealth global de cidadãos" (Archibugi, 2008), reconhecendo que todos os indivíduos são de valor moral igual e que devem fazer parte da nossa comunidade de diálogo e atenção.

Outras propostas têm advindo e que atribui à educação um papel fundamental. Por exemplo, a teoria que considera que os indivíduos são sujeitos morais com direito a auto-realizar-se, a autodesenvolver-se do ponto de vista humano. Então, os critérios de justiça distributiva devem fundar-se na reciprocidade moral. Aqui encontraríamos o que Cabrera (2004) defende e a que ele chama de cosmopolitismo moral.

Outros colocam como alternativa ao actual mundo mercantil, outro paradigma assente na justiça social e no bem público colectivo em associação com o compromisso da diversidade multicultural e ecológica. Kymlicha chama a isto "democracia moral cosmopolita" (implica uma visão globalista-cosmopolita da cidadania e da democracia. O desafio é criar instituições e processos a nível global que sejam consistentes com este enquadramento moral).

Claro que uma das propensões da educação é seguir um modelo Benetton, que contempla as imagens acerca das diferenças, das injustiças e dos problemas sociais, mas despolitizando-os e revelando-os dentro do novo cenário de cores, harmonia e paz mundial (TORRES, 2008).

ABSTRACT

Considering the actual context where new inequalities and new injustices emerge, I aim to articulate the process of globalisation with the construction of cosmopolitanism and social justice as we distinguish in this

discussion various types of cosmopolitanism such as the neoliberal and democratic types. Within the latter, I deepen the notion of *cosmopolitanity* based on the contributions by Archibugi and Freire in order to stress the idea of universality as well as global dialogicity and politics. The end of this essay explains how democratic *cosmopolitanity* influences education and educational administration so that it contributes to a stronger global justice and the "cultivating humanity".

Key words: cosmopolitanism; justice; education; inequalities.

RESUMEN

Dado el actual contexto en el que las nuevas desigualdades y nuevas injusticias pretende articular el proceso de globalización con la construcción del cosmopolitismo y la justicia social, distinguiendo las diversas maneras en este debate de cosmopolitismo, incluida la liberal y democrática. En consecuencia, el autor desarrolla el concepto de cosmopolitismo de las contribuciones de Archibugi Freire y destacar no sólo la idea de la universalidad, sino también para el diálogo mundial y la política. A partir de este marco analítico, el autor desarrolla las implicaciones de la democracia cosmopolita en la educación en general y en la gestión de las organizaciones educativas en particular, a que también contribuyan al fortalecimiento de la justicia global y el "cultivo de la humanidad."

Palabras clave: cosmopolitismo; la justicia; la educación; la desigualdad.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCHIBUGI, D. Democracia cosmopolítica. *New Left Review*, nº 5, Nov./ Dec., 2000, pp. 96-106.

ARCHIBUGI, D. Cosmopolitan democracy. In Daniele Archibugi, (ed.). *Debating cosmopolitics*. London: Verso, 2003, pp. 1-15.

ARCHIBUGI, D. Cosmopolitan democracy and its critics: A Review. *European Journal of International Relations*, Vol. 10(3), 2004, pp. 437-473. Daniele Archibugi. *The global commonwealth of citizens*. Princeton: Princeton University Press, 2008.

Novas desigualdades, novos direitos... - Carlos Vilar Estêvão

- ARCHIBUGI, D. & HELD, D. *Cosmopolitan democracy. An agenda for a new world order*. Cambridge: Polity Press, 1995, Eds.
- AVELÃS NUNES, A. *Neoliberalismo & direitos humanos*. Rio: Renovar, 2003.
- BALL, S. Big policies/small world: an introduction to international perspectives in education policy, *Comparative Education*, 34(2), 1998, pp. 119-130.
- BECK, U. *Cosmopolitan vision*. Cambridge: Polity Press, 2006.
- ESTÊVÃO, C. V. Justiça, direitos humanos e educação na era da globalização. In FLÁVIO, A. e PACHECO, J. A. (Orgs.). *Globalização e educação. Desafios para políticas e práticas*. Porto: Porto Editora, 2006, pp.31-60.
- FRASER, N. Reframing justice in a globalizing world. In Davis Held & Ayse Kaya (Eds.). *Global inequality*. Cambridge: Polity Press, 2007, pp. 252-272.
- FRASER, N. Transnationalizing the public sphere, <http://www.yale-university.org/polisci/info/conferences/fraser1.doc>, dia 25 de Agosto de 2008.
- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, s/d.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- FREIRE, P. *A educação na cidade*. S. Paulo: Cortez, 1991.
- FREIRE, P. *A importância de ato de ler, em três artigos que se completam*. S. Paulo: Cortez, 1997.
- HABERMAS, J. *Après l'état-nation*. Paris: Fayard, 2000.
- HELD, D. Violence, law and justice in a global age. In Daniele Archibugi, (ed.). *Debating cosmopolitics*. London: Verso, 2003, pp.184-202.
- Held, D. & McGrew, A. *Globalización/antiglobalización: sobre la reconstrucción del orden mundial*. Barcelona: Paidós, 2003.
- JAMESON, F. Globalization and political strategy. *New Left Review*, nº4, July-Aug., 2000, pp. 49-68.
- KHOR, M. Sessão de Abertura do Fórum do Milênio, na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 22 Maio de 2000.
- LU, C. The one and many faces of cosmopolitanism". *Journal of Political Philosophy*, vol. 8, nº 2, June, 2000, pp. 244-67.
- MACDONALD, F. e MIDGLEY, J. Introduction: Globalization, social justice, and social welfare. *Journal of Sociology & Social Welfare*, June, vol. xxxiv, nº 2, 2007, pp. 9-15.

Novas desigualdades, novos direitos... - Carlos Vilar Estêvão

MITCHELL, K. Educating the national citizen in neoliberal times: from the multicultural self to the strategic cosmopolitan. *Transactions of Institute of British Geographers*, vol.28, 4, Dec., 2003, pp.387-403.

MILLER, D. *Citizenship and national identity*. Cambridge: Polity Press, 2000.

OLSEN, M. Neoliberalism, globalisation, democracy: challenges for education. In *Globalisation, Societies and Education*, vol.2, July, 2004, p.231-275, consultado em <http://www.informaworld.com/smpp/section?content=a713620757&fulltext=7132409> e acessado em 08-10-2008, p.1-36.

OLSEN, M., CODD, J. & O'NEILL, A.-M. *Education policy. globalization, citizenship & democracy*. London: Sage, 2004.

POGGE, T. *La pobreza en el mundo y los derechos humanos*. Barcelona: Paidós, 2005.

REID, A. Rethinking the democratic purposes of public schooling in a globalizing world. In Michael Singh, Jane Kenway & Michael Apple. *Globalizing education: policies, pedagogies, and politics*. New York Peter Lang Publishing, 2005, pp. 281-296.

ROSANVALLON, P. *La nouvelle question sociale: repenser l'État-Providence*. Paris : Seuil, 1999.

SANTOS, B. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 2002, pp. 237-280.

SANTOS, B. *Do pós-moderno ao pós-colonial: e para além de um e outro*. Conferência de Abertura do VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 16 de Setembro de 2004.

TORRES, S. J. Diversidad cultural y contenidos escolares. *Revista de Educación*, 345. Enero-abril 2008, pp. 83-110.

URBINATI, N. Can cosmopolitical democracy be democratic? In Daniele Archibugi, (Ed.). *Debating cosmopolitics*. London: Verso, 2003, pp.67-85.

YOUNG, I. *Intersecting voices*. New Jersey: Princeton University Press, 1997.

WADE, R. Should we worry about income inequality?. In Davis Held & Aye Kaya (Eds.). *Global inequality*. Cambridge: Polity Press, 2007, pp. 104-131.

Recebido em 15 de março de 2009.

Aceito em 20 de abril de 2009.